



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

281) X, funcionário da prefeitura de São Paulo, recebeu por engano, de Z, munícipe determinada quantia em dinheiro para pagamento de uma multa administrativa. Ocorre que X apossou-se do dinheiro, não efetuando o pagamento da multa. A referida conduta configura o crime de

- a) peculato culposo
- b) peculato mediante erro de outrem
- c) emprego irregular de verbas ou rendas públicas
- d) prevaricação
- e) exercício funcional ilegalmente prolongado.

RESPOSTA: B.

282) Sobre o erro sobre elementos do tipo, aponte a assertiva correta segundo dispõe o texto do artigo 20 do Código Penal.

- a) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e não permite a punição por crime culposo, mesmo que previsto em lei.
- b) é isento de pena que, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
- c) há isenção de pena, também, quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.
- d) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta de pena.

RESPOSTA: B. Devido ao fato de estar em conformidade com o artigo 20, §1º, do CP.

283) De acordo com o texto do Código Penal, no tocante ao erro sobre a ilicitude do fato, aponte a assertiva incorreta

- a) o desconhecimento da lei é inescusável (indesculpável).
- b) o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável (ninguém poderia evitar) isenta de pena.
- c) o erro sobre a ilicitude do fato, se evitável (tomando as devidas cautelas poderia se ter evitado) também isenta de pena.
- d) considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

RESPOSTA: C. Devido ao fato não estar de acordo com o artigo 21, do CP. O erro evitável diminui a pena de um sexto a um terço.

284) Sobre a imputabilidade penal, aponte a correta.

- a) é isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento incompleto ou retardado era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
- b) os menores de dezoito anos são penalmente imputáveis.
- c) exclui a imputabilidade penal a embriaguez voluntária pelo álcool.
- d) a pena não pode ser reduzida se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou omissão, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.

RESPOSTA: A. Porque está em conformidade com o artigo 26, caput, do Código Penal.

285) De acordo com o que dispõe o Código Penal sobre o concurso de pessoas, aponte a incorreta.

- a) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- b) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste crime menos grave.
- c) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, receberá a punição deste crime, porém, será aumentada de metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- d) se a participação for de menor importância, o agente fica isento de pena.

RESPOSTA: D. Pelo motivo que tal assertiva não está de acordo com o que dispõe o artigo 29, §1º, do CP, porque tal dispositivo fala que o agente pode ter diminuída sua pena de um sexto a um terço e não ficar isento de pena.

286) Sobre a pena de multa, assinale a alternativa incorreta segundo consta no Código Penal

- a) consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias multa.
- b) o valor o dia-multa será fixado pelo juiz podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, e podendo ser superior a cinco vezes esse salário.
- c) o valor da multa será atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária.
- d) deve ser paga dentro de dez dias após o trânsito em julgado da sentença.

RESPOSTA: B. Porque está em desacordo com o texto do artigo 49, §1º, do CP, o qual prevê que não pode ser inferior a um trigésimo do salário mínimo nem superior a cinco vezes.

287) Sobre a cobrança da pena de multa, assinale a correta

- a) não pode ser efetuada mediante desconto no vencimento ou salário do condenado, devendo ser paga em dinheiro
- b) o juiz não pode permitir que o pagamento seja em parcelas mensais, devendo o condenado pagar à vista.
- c) o desconto não deve incidir sobre os recursos indispensáveis ao sustento do condenado e da sua família.
- d) pode ser descontado do salário do condenado quando aplicada cumulativamente com pena de detenção.

RESPOSTA: C. Porque está de acordo com o artigo 50, §2º, do CP.

288) De acordo com o artigo 59 do Código Penal, não é considerado como circunstância para a fixação da pena

- a) a culpabilidade
- b) os antecedentes
- c) conseqüências do crime
- d) a premeditação

RESPOSTA: D. Pois tal circunstância não consta no rol do artigo 59, denominado circunstâncias judiciais, que são apuradas no decorrer do processo e, servem para que o juiz fixe a pena dentro dos limites mínimo e máximo previstos em cada crime.

289) Sobre a reincidência assinale a alternativa correta

- a) se consideram os crimes militares próprios e políticos.
- b) verifica-se quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no exterior, o tenha condenado por crime anterior.
- c) para efeito de reincidência não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a dez anos, computando o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorre revogação.
- d) não é considerada como agravante.

RESPOSTA: B. Porque está de acordo com o texto do artigo 63, do CP.

As demais são incorretas porque, respectivamente, não se consideram os crimes militares próprios e os políticos, o prazo é de cinco anos e não dez e é considerada agravante, pelo artigo 61, I, do CP.

290) Sobre o concurso de crimes, aponte a assertiva incorreta.

- a) pratica o concurso material, previsto no artigo 69, quem, mediante mais de uma ação ou omissão pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, sendo aplicada as penas dos crimes de forma acumulada.
- b) pratica o concurso formal, previsto no artigo 70, quem, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, sendo aplicado apenas do crime mais grave se forem crimes diversos, caso não seja, será punido com a pena de um crime somente com o acréscimo de um sexto até a metade.
- c) no concurso de crimes as penas de multa não serão aplicadas de forma distinta e integral.
- d) quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, sendo aplicada a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversos, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

RESPOSTA: C. Porque não está de acordo com o texto do artigo 72, caput, do CP.